

O GESTO INTERPRETATIVO E A POSSIBILIDADE DA MENTIRA: CONSTITUIÇÃO DO DISCURSO

Phellipe Marcel da Silva Esteves¹

Introdução: as flores do discurso — olhar e voz

A Verdade também dói

Mentiras falsas me destroem

(PAULINHO MOSKA)

Este artigo, escrito a duas mãos, mas também a duas cabeças (ou mais), é dedicado à Fernanda Lunkes, cara amiga e pesquisadora que deveria ser coautora do texto, mas que infelizmente teve de partir e continuar sua história em outro Brasil.

Tal qual flor, desabrochamos diante de luz. Sem ela, a vida existe, claro, mas é certo que sua presença revela, (des)embaraça, (re)cria, (des)constrói. A luz, também arte, se nos reflete, se nos refrata, e se se sensifica, sem–segundo, se perfazendo em nós, sentenciando–se, se sésamo; abre–se. Esse desabrochar da flor que somos diante da luz que temos e nem sempre encontramos tem um nome — mágico, visto que atravessa ilusões e garante a compreensão de um funcionamento; mas não mágico, porque também científico —: **análise**. Já na química, essa palavra designa a separação de dois ou mais elementos que antes se amalgamavam num mesmo composto; simples assim, se simples fosse. A proposta analítica empreendida aqui, no entanto, não é a de separar, mas de compreender funcionamentos que muitas vezes são vistos como

¹ Graduado em Comunicação Social — Jornalismo — pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Licenciado em Português na Universidade Candido Mendes. Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense, onde também atua no Laboratório Arquivos do Sujeito. Bolsista Capes–Reuni. Orientadora: Vanise Gomes de Medeiros (FAPERJ).

separados, como estanques: o discurso da língua e o da imagem, no caso específico, numa produção fílmica. A luz já-dita, bendita, bem-dita, constitui o objeto de nosso olhar e de nossa leitura; seus meandros, modos de constituição e formulação se produzem diferentemente. Os sentidos das imagens são sempre gestados mediante a forma como captamos a luz — no cinema, no DVD player etc. — e como nos relacionamos, socialmente, com a própria luminosidade. Como analistas do discurso, sou, fui, serei motivado por essa metáfora da flor a seguir os rastros deixados pela luz — materialidade imagética — e pela (não) voz — materialidade linguística, também em seu silêncio — numa produção cinematográfica recente que muito nos fala sobre como a língua pode atuar na ilusão de fixar sentidos, ilusão essa que acaba sendo levada água abaixo muitas vezes pela própria língua, mas também pela imagem: trata-se do filme *O primeiro mentiroso*.ⁱ Também nos debruçaremos sobre a questão da identificação da forma-sujeito com a formação ideológica dominante em dada formação social. É através do olhar e da voz — passando, então, pelo languageiro e pelo imagético — que analisaremos como a mentira se constitui sentido. Mais do que isso, lançamos desde já uma hipótese de trabalho: não houvesse mentiraⁱⁱ, o mundo seria monossêmico. Explorando ainda mais a hipótese: a possibilidade de mentira é a própria possibilidade de sentido, constitutiva do discurso, como seus silêncios. É necessária, antes de tudo, uma ligeira discussão sobre uma das questões que percorrem diversas discursividades e materialidades — em especial, a filosofia, os formalismos, a retórica, a gramática, a lógica e a linguística, enfim, as teorias especulativas (NUNES, 2007) —: a oposição entre verdade e mentiraⁱⁱⁱ — para a qual temos uma alternativa, já adiantada na nota de rodapé 3 —, além da de *ser* e *não ser*, seguida de uma breve apresentação do filme *O primeiro mentiroso*. Não pretendemos, neste artigo, apartar *arte* de *ciência, teoria, especulação epistemológica*. Daí tentarmos percorrer um circuito teórico sobre a verdade, que parte de alguns dos estudos mais antigos sobre o sentido de que se tem notícia — presentes nas obras *Crátilo* e *Sofista*, de Platão — e chega à produção cinematográfica já referida.

1. Uma linguagem de vocação dêitica (em uns) e efêmera (em outros)^{iv}

São muitos os conceitos de dêixis circulantes nos estudos de linguagem (inclusive na Análise do Discurso, com a noção de dêixis discursiva formulada por Maingueneau, 1989). A maioria deles se refere, no entanto, a uma exterioridade para a qual as manifestações languageiras vão apontar. A linguagem, segundo concebida em Platão, dispõe de uma vocação dêitica, ou seja, de índice, indicação, representação realista do mundo mortal — qualquer palavra justa —, conforme podemos observar no seguinte recorte:

(...) convirá nomear as coisas pelo modo natural de nomeá-las e serem nomeadas, e pelo meio adequado, não como imaginamos que devemos fazê-lo, caso queiramos ficar coerentes com o que assentamos antes. Só por esse modo conseguiremos, de fato, dar nome às coisas; do contrário, será impossível. (PLATÃO, 1988, p. 124–125)

Haveria, dessa forma, uma ligação nome-coisa, pois há nomes, segundo Platão, adequados e inadequados, conforme é possível depreender de seu diálogo *Crátilo*. Os nomes adequados estabelecem a ponte linguagem-mundo, desde que o instrumento utilizado seja usual e o manipulador proficiente: “O nome, por conseguinte, é instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las, tal como a lançadeira separa os fios da teia” (PLATÃO, 1988, p. 126), lembrando que a possibilidade de dizer a verdade, segundo o filósofo grego, reside em a linguagem estar transitando por sobre essa ponte estabelecida com o mundo, ou seja, “a proposição que se refere às coisas como elas são é verdadeira, vindo a ser falsa quando indica o que elas não são” (PLATÃO, 1998, p. 121).

Aqui é necessário ser um tanto parentético a respeito dos sentidos dos verbos “ser” e “existir” quando em textos traduzidos do grego, do latim e de outras línguas. Em português, diferentemente do que acontece em outras línguas europeias, traduzimos a máxima “*Cogito ergo sum*” de René Descartes como “Penso logo *existo*” [grifo nosso]. Em inglês, por exemplo, temos “I think, therefore I am”. Em francês, “Je pense donc je suis”. Em alemão, “Ich denke, also bin ich”. Em italiano, “Penso dunque sono”. “I am”, “je suis”, “bin ich”, “sono” e o próprio “sum”, em latim, são contidos de uma polissemia que ao mesmo tempo permite a leitura/interpretação “sou” e “existo”. Qualquer tradução é imperfeita,^v mas há uma particularidade nesse caso específico da translação grego-português: “existo”, em português, faz correr um sentido dominante que dificilmente

possibilita um acúmulo de sentidos com “sou”. Assim, qualquer leitura que se faça de uma tradução de texto grego para o português deve levar em conta que o “ser” e o “existir” funcionam discursivamente em espaços muito próximos no grego, de forma muitas vezes parafrástica — o que pode não acontecer em português.^{vi} Sendo assim, ao lermos as palavras de Platão — “vindo a ser falsa quando indica o que elas não são” —, podemos também ler “vindo a ser falsa quando indica algo que nelas não existe”, ou seja, quando a dêixis linguagem–mundo não aponta para algo que existe/está/é na coisa. Essa seria, em Platão e nas posições discursivas que releem o filósofo como basilar para a fundamentação teórica do reconhecimento ontológico e fenomenológico do mundo, a noção de mentira: negação da verdade, portanto, negação de uma essência, de um atributo referencial. A verdade, então, teria que ver com a própria justeza e adequação dos nomes às coisas, num *Weltanschauung* realista — no sentido fornecido por Max Weber.

Na matriz de sentidos em que as duas noções — verdade e mentira — são produzidas na filosofia clássica, para que uma proposição indique a verdade, haverão de ser verdadeiras suas partes pequenas e suas partes grandes, sendo o nome o átomo da linguagem: “o nome é a parte menor” (PLATÃO, 1988, p. 121). Ainda além, no diálogo simulado entre Hermógenes e Sócrates, este último pergunta ao interlocutor: “De que modo, então, falará alguém corretamente: da maneira que lhe aprouver falar, ou, de preferência, dizendo as coisas segundo o modo natural de falar e como devem ser ditas, para alcançar o seu intento e dizer, de fato, alguma coisa, sem o que cometerá erros e nada conseguirá?” (PLATÃO, 1988, p. 124). Hermógenes responde que a última maneira é a correta: haveria uma forma natural de falar as coisas, portanto, uma vocação de a linguagem captar sua real essência, sem a qual incorreriam equívocos e a comunicação iria à falência.

No entanto, se haveria, de acordo com esse diálogo de Platão, uma maneira correta de se falar as coisas, como se é capaz de mentir? Há nomes adequados para as coisas e características que não são/estão/existem? Aí caímos numa diferença fundamental — para nós — entre a filosofia platônica e o discurso sofístico: enquanto na primeira a linguagem é encarada como um instrumento, no segundo ela é equiparada a um deus, demiúrgica e desconstrutora ao mesmo tempo. Em Platão, temos uma longa exposição, nas vozes de Hermógenes e Sócrates, de como, analogamente a um tear (nas imagens de um furador e de uma lançadeira), o nome é o

instrumento que possibilita que a coisa/o objeto sejam chamados/nominados/designados. Segundo o personagem Sócrates, quando designamos damos informações uns aos outros e distinguimos as coisas umas das outras, “conforme sejam constituídas” (PLATÃO, 1988, p. 125). Nessa concepção, “O nome (...) é o instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las, tal como a lançadeira separa os fios da teia” (*ibidem*). Nesse mesmo caminho, sendo o nome o átomo da linguagem, essa mesma linguagem teria como função, em Platão, transmitir dados e categorizar, ou seja, (in)formar: pôr forma, dar forma, fixar forma. Numa linha contemporânea e adversa, seguem os sofistas. Em *Elogio de Helena*, de Górgias, já temos uma outra metáfora para se referir a um dos frutos da linguagem — o discurso —: grande soberano. Helena, uma das protagonistas presentes e salientadas tanto na história quanto na filosofia gregas, é defendida nas escassas páginas do *Elogio* como uma vítima. Especificamente, no que tange a esse trabalho, é notável sua construção como personagem prejudicado, atacado, sucumbido pelo próprio discurso ao ser dita simultaneamente como “mulher que reúne (...) a crença dos que ouvem os poetas e o ruído de um nome que abriga a memória dos infortúnios” (GÓRGIAS, 2005, p. 294) ocorridos na cruel batalha de Troia. Essa memória remete ao mesmo tempo à beleza de Helena e à abjeção por parte do povo grego em relação à mulher. No entanto, a tentativa de Górgias é trazer à baila outros sentidos para a personagem, e outros sentidos também para sua suposta infâmia, não sem para isso ceifar a reputação daqueles que sobre ela teriam imputado, injusta e forçosamente, alguma culpa particular — o desastre sobre si — ou pública — o desastre sobre Troia —: “Aquele que, bárbaro, empreendeu um empreendimento bárbaro, tanto em função do discurso quanto do direito e da prática, merece, então, que o acaso lhe traga, pelo discurso, uma incriminação; pelo direito, uma atimia, pela prática, uma punição” (GÓRGIAS, 2005, p. 296). Portanto, é pelo discurso que se dá por iniciado o (per)curso para a punição que apenas a prática, no mundo grego, poderia concretizar. O discurso intima, intimida, incrimina. É ele, dessa forma, que imputa o crime, e não o próprio fato.

Esse modo de encarar o discurso^{vii} como artífice, e não como artefato, não se restringe apenas aos sofistas, mas se incorpora às discussões sobre a linguagem, a verdade e a mentira mencionadas pelo filósofo Friedrich Nietzsche no século XIX. Com isso, podemos lançar que, ainda que a forma-sujeito (cf. HENRY, 1992), a formação social, o modo de produção, as condições de produção e a estratificação social se modifiquem entre Górgias e Nietzsche, existe uma posição

discursiva que trabalha os sentidos de verdade e mentira de modo semelhantes nos textos mencionados e ligados a esses autores. É claro que isso não ocorre apenas numa engrenagem mecanicista e de simples transposição (gramatical, sintática, semântica). Ainda que os efeitos de sentido sobre o discurso se assemelhem, sua dominância é totalmente outra: diferentemente dos sofistas, os escritos de Nietzsche atingem diretamente a filosofia moderna, alterando-a significativamente. Vejamos:

De fato, aquilo que daqui em diante deve ser a “**verdade**” é então **fixado**, quer dizer, é descoberta uma **designação uniformemente válida e obrigatória das coisas**, e a **legislação da linguagem** vai agora fornecer também as primeiras **leis da verdade**, pois, nesta ocasião e pela primeira vez, aparece uma oposição entre verdade e mentira. **O mentiroso utiliza as designações pertinentes**, as palavras, para fazer parecer real o que é irreal; ele diz por exemplo: “eu sou rico”, ainda que, para qualificar sua condição, fosse justamente a palavra “pobre” a designação mais correta. Ele mede as convenções estabelecidas, operando substituições arbitrárias ou mesmo invertendo os nomes. Se age assim de maneira interessada e demasiadamente prejudicial, a sociedade não lhe dará mais crédito e, por causa disso, o excluirá. Nesse caso, **os homens fogem menos da mentira do que do prejuízo provocado por uma mentira**. (NIETZSCHE, 2010) **[negritos nossos]**

Em Nietzsche, aproximando-se de Górgias, a verdade não pode ser senão tentativa de fixação, de estabelecimento de sentidos. Essa tentativa se dá não por obra de um Legislador que cunha na linguagem sua forma e seu sentido, como proposto em Platão (1988, p. 127ss.), mas respeitando a própria Legislação da linguagem, da qual fazem parte as leis da verdade. Em outras palavras, as palavras são apenas palavras, na perspectiva de Nietzsche. O mentiroso apenas usa as certas para uma realidade errada e, assim agindo, pode ser prejudicado de várias maneiras, de acordo com o trecho supracitado. A mentira, por não estar contida nas Leis da verdade, seria crime. Nietzsche segue dizendo que “Todo conceito surge da postulação da identidade do não-idêntico” (2010), donde afirmamos, pela Análise do Discurso, que não existem identidades, mas

construções identitárias que tendem a uma estabilização mas que podem se desestabilizar por meio de diversos funcionamentos discursivos, entre eles, o da resistência. Daí que, diferentemente de seu contemporâneo e conterrâneo Gottlob Frege, Nietzsche não se preocupa em estabelecer o que vem a determinar uma igualdade entre diferentes nomes e sentenças.

Em Frege, vemos que “A descoberta de que o sol nascente não é novo cada manhã, mas é sempre o mesmo, foi uma das descobertas astronômicas mais ricas em conseqüências” (1978, p. 61), já na abertura de seu artigo “Sobre o sentido e a referência”. Discordamos e nos encontramos na posição totalmente contrária: nem mesmo fisicamente o sol nascente é sempre o mesmo, uma vez que uma das dimensões em que estamos inseridos é a temporal, e ela é uma das variáveis que determina o que são as entidades na física.^{viii} Semanticamente, o nascer do sol é sempre diferente, agora por conta das condições de produção historicamente endereçadas/atribuídas a cada vez que o sol dá sua presença visível ao planeta. E não se trata apenas da diferença formulada por Frege, ao afirmar que $a = b$ possui valor cognitivo distinto de $a = a$: “sentenças da forma $a = b$ contêm, freqüentemente, extensões muito valiosas de nosso conhecimento, e nem sempre podem ser estabelecidas *a priori*” (ibidem). Nossa posição aqui é a de que nada pode ser estabelecido aprioristicamente, nem mesmo o tipo de sentença $a = a$. Isso porque precisamos considerar que formação ideológica permitiu e condenou o sujeito a dizer que $a = a$ e não que $a = b$. Numa questão de tradução de Frege, teríamos a seguinte relação de igualdade:

sol nascente = nascer do sol

sol nascente = sol nascente

Não se trata apenas de uma questão gramatical — e não semântica —, mas propriamente ideológica: o funcionamento do substantivo é diferente do funcionamento do verbo metalexicalizado/nominalizado; as durações são diferentes; os aspectos são diferentes e, além de tudo, as relações entre paráfrase e sinonímia não são as mesmas. Uma vez que a tese da semântica formal proposta por Frege é composicionalista, teríamos que

terra do sol nascente = terra do nascer do sol

Terra do Sol Nascente = Japão

Japão \neq Terra do Nascer do Sol

Terra do Sol Nascente \neq Terra do Nascer do Sol | terra do sol nascente \neq terra do nascer do

sol^{ix}

Ainda que o objeto supostamente designado aqui — Japão — seja singular, portanto nomeado propriamente, podemos concluir que há diversos objetos singulares designados por “terra do sol nascente”, e não se trata nem mesmo de metáforas. A linguagem permite a designação diferente e a igual. Não se trata simplesmente, nesse caso, como diriam alguns estudos contemporâneos de semântica formal, da diferença entre contexto extensional — em síntese, aquele em que as condições de verdade são preservadas — e contexto intensional — aquele em que os referentes mudam.^x De nada vale a relação de igualdade/identidade se não for levada em conta a historicidade. Para além: as construções identitárias (e não identidades, como seria nessa matriz de sentidos que perpassa a obra de Frege) não se dão entre objetos, ou seja, referentes que são apresentados diferentemente pela linguagem (sentido em Frege), mas entre as próprias palavras, daí a AD falar em “referente discursivamente construídos”. A metáfora do telescópio, teorizada por Frege, e que veremos à frente, assim, é inválida:

A comparação seguinte poderá, talvez, esclarecer estas relações. Alguém observa a lua através de um telescópio. Comparo a própria lua à referência; ela é o objeto da observação, proporcionado pela **imagem real projetada pela lente** no interior do telescópio, e pela **imagem retiniana do observador**. **A primeira, comparo-a ao sentido, a segunda, à representação ou intuição**. A imagem no telescópio é, na verdade, unilateral; ela depende do ponto-de-vista da observação; não obstante, ela é objetiva, na medida em que pode servir a vários observadores. Ela poderia ser disposta de tal forma que vários observadores poderiam utilizá-la simultaneamente. Mas cada um teria sua própria imagem retiniana. **Devido à diversidade da configuração dos olhos**, mesmo uma congruência geométrica entre estas imagens dificilmente poderia ser obtida, e uma coincidência real seria impossível. Esta comparação poderia, talvez, ser desenvolvida ainda mais, admitindo-se que a imagem retiniana de A pudesse tornar-se visível para B; ou, ainda, que A pudesse ver sua própria imagem retiniana num espelho. Desta forma poderíamos, talvez, mostrar como uma representação pode, ela mesma, ser

tomada por objeto, mas não obstante, ela não é, para o observador, o que ela é diretamente para seu sujeito. Mas prosseguir neste caminho nos levaria longe demais. (FREGE, 1978, p. 65–66) **[negritos nossos]**

Frege faz da medicina um enunciado corroborador ao afirmar que é “devido à diversidade da configuração dos olhos” que cada pessoa pode ver de forma ligeiramente diferente aquilo que lhe é apresentado pelas lentes do telescópio: essa seria a representação. No entanto, a configuração dos olhos em nada alteraria, para Frege, a configuração do próprio objeto e da lente do telescópio. O sentido, para o lógico–matemático, seria a forma de apresentação do objeto. Assim, seria relevante, em sua semântica formal, a escolha linguística feita para apresentar dado objeto, mas não a percepção que cada sujeito trabalha nessa escolha linguística e, por conseguinte, do objeto por ela referido. Na perspectiva da AD, discordamos novamente de Frege, de vez que 1) o objeto não é representado pela linguagem, mas o discurso constrói o objeto porque a ideologia nos apresenta evidências sobre eles que nada têm a ver com o seu real — e não seria possível uma ideologia, digamos, neutra, pura, desprendida de um ideal de classe, de cultura, de gênero etc.; 2) não é somente a configuração biológica dos olhos que vai alterar a forma como cada um visualizará a Lua (figurativamente) e qualquer outro objeto; 3) a diferença de visualização não se trata apenas de um caráter individual, mas de ideologia, portanto, de uma estrutura inconsciente que afetará a forma como vemos certas coisas e deixamos de ver outras:

O olhar indica o ponto do objeto (da imagem) a partir do qual o sujeito que o vê já é *olhado*, ou seja, é o objeto que me olha. O olhar, longe de assegurar a presença–em–si do sujeito e de sua visão, funciona, pois, como uma mancha, um ponto na imagem que perturba sua visibilidade transparente e introduz uma distância irredutível em minha relação com a imagem: nunca posso ver a imagem no ponto de onde ela me olha, isto é, a visão e o olhar são essencialmente dissimétricos. O olhar (...) é, por assim dizer, um ponto em que o próprio enquadre (de minha visão) já está inscrito no “conteúdo” da imagem vista. (ŽIŽEK, 1990, p. 151).

De acordo com o psicanalista esloveno Žižek, há uma ilusão que permite ao sujeito acreditar que ele vê a imagem toda, e que vê aquilo que deseja. O enquadrar é ideológico, imaginário, e repleto de uma historicidade simbólica. A partir daqui, podemos iniciar a discussão do filme *O primeiro mentiroso*. Pêcheux (2006) já afirmava que não é possível simplesmente descrever o objeto científico, mas interpretá-lo. Nossa leitura levará em conta a ideologia, o inconsciente, a formação social, as condições de produção do filme. Assim, reveremos as categorias de sentido, verdade, mentira, referência e linguagem, do ponto de partida de que não olhamos para a produção cinematográfica, mas ela que nos olha e devora, como imagem que não se diz toda.

Concebemos desde então que o fato incontornável da eficácia simbólica ou “significante” da imagem tenha atravessado o debate como um enigma obsediante, e que, por seu lado, os fatos de discurso, enquanto inscrição material em uma memória discursiva, tenham podido aparecer como uma espécie de problemática-reserva. Essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma passagem do visível ao nomeado, na qual a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito. Na transparência de sua compreensão, a imagem mostraria como ela se lê, quer dizer, como ela funciona enquanto diagrama, esquema ou trajeto enumerativo. (...) A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições) (PÊCHEUX, 1999, p. 51; 55)

A seguir, uma discussão que fazemos de *O primeiro mentiroso* não como uma ficção cômica qualquer, mas como uma ficção científica complexa e *sui generis* que implica o resgate de uma(s) memória(s) sobre sentido, linguagem, mentira, verdade, discurso.

2. Uma ficção científica, *pero no mucho... o mucho*

Quando se define o que é “ficção científica”, os teóricos muitas vezes se referem ao campo da tecnologia como sendo um dos bastiões desse tipo de literatura, cinema, programa de televisão; enfim, arte. Ela surge num momento pós-Revolução Industrial, em que a questão técnica passa a fazer parte daquilo que a Análise do Discurso Francesa (grupos de Michel Pêcheux e de Eni Orlandi) chamará de *imagem*: “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1990, p. 82). Essa é uma das ideias-chaves da teoria do discurso inicialmente proposta por Michel Pêcheux, que já em sua primeira fase previa que a materialidade discursiva não coincide com o real — dessa forma, não seria possível uma concepção referencialista de linguagem, nem mesmo uma concepção de linguagem como expressão do pensamento ou representação das coisas do mundo. A língua já é uma expressão subjetiva e constitutivamente dotada de um imaginário sobre aquilo que se diz. Nesse âmbito é que modificações históricas influenciarão o imaginário de cada matriz de sentido: não seria forçado afirmar que a Revolução Industrial marcará de diversos modos as muitas formações discursivas^{xi} já circulantes. Em um número da revista *ComCiência* voltado especificação às relações entre ficção e ciência, Tucherman afirma:

Vale lembrar que a ficção-científica nasceu provocada pelas mudanças produzidas pela Revolução Industrial que alteraram não apenas a vida concreta e cotidiana mas também, e de maneira talvez mais insidiosa, o imaginário das sociedades modernas. Sua tarefa foi, portanto, e desde o seu nascimento, pensar e mesmo antecipar as conseqüências sociais, políticas e psicológicas provocadas por este novo desenvolvimento técnico-científico. (TUCHERMAN, 2004)

Não se trata, contudo, de falarmos de um *imaginário social*, como uma partilha de “valores” ou de “ideias e práticas” sobre o desenvolvimento técnico-científico. Trata-se, afinal, de formações imaginárias e determinadas posições discursivas que projetam — o que não significa que reproduzem, mas que estruturam — aquilo que se imagina sobre essas mudanças na técnica e na ciência. A Revolução Industrial, então, é inegavelmente condição de produção da constituição, formulação e circulação dos sentidos das inúmeras formações discursivas em jogo. A ficção científica, de forma patente, surge como um dos principais campos discursivos em que isso se dá:

Os futuros por que a literatura nos leva a viajar, nos vãos da ciência e da imaginação, são, no caso das boas obras de ficção científica, muito menos peças enfadonhas de futurologia e mais pousos assentados de reflexão, humor e poesia sobre a saga incontinente do homem em torno do fato, em torno do mundo, em torno do homem, em torno de si mesmo. (VOGT, 2004)

Um dos casos dessas “boas obras de ficção científica” é o filme que analisaremos neste artigo, e ele possui uma peculiaridade em relação aos outros trabalhos em ficção científica que temos visto servindo como *corpus* de uma teoria desse tipo de arte: analisamos o filme em questão como uma ficção científica, mas não como uma afirmação/negação da tecnologia das ciências exatas, mas de um pressuposto básico da própria AD: há dois esquecimentos formadores e constitutivos do discurso e do sujeito, e é deles que falaremos a seguir.

A saber, esses dois esquecimentos são teorizados a partir de deslocamentos que Pêcheux, na França, mas também Orlandi, no Brasil (entre tantos outros nomes da Análise do Discurso), desenvolvem sobre questões embrionadas no ventre da psicanálise freudiana e da linguística saussuriana. A numeração dos esquecimentos não corresponde, é bom salientar, a uma ordem hierárquica ou cronológica. Respectivamente, o nº 1 “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2009, p. 162) e o nº 2 explica que “todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase”, de forma a essa “seleção” resultar em “*um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*” (PÊCHEUX, 2009, p. 161). Isso porque para a Análise do

Discurso, “as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma *formação discursiva* a outra” (PÊCHEUX, HAROCHE & HENRY, 2008), entendendo-se formação discursiva — doravante FD — como aquilo que pode e deve ser dito dentro de determinada formação ideológica—ideologia.

Os dois esquecimentos de que Pêcheux trata provocam dois efeitos ilusórios: 1) de que o sujeito é o senhor de seu dizer, é autônomo, inicial, inaugural em suas palavras — e isso a Análise do Discurso também deve a Althusser, que defende ser esse efeito produto da ideologia burguesa, embora não nos restrinjamos, no dispositivo analítico, a essa FD —; 2) de que há um significado imanente entre as palavras e as coisas, um sentido óbvio e que está à tona, acessível a qualquer um. Esses dois esquecimentos dão sustentação à Análise do Discurso, que postula, segundo Pêcheux, duas contraposições às ilusões provocadas pelos esquecimentos: a) ““algo fala” (...) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 149) e b) “*as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas*” (*ibidem*, p. 146–147). Em suma: o sujeito não é o senhor de seu dizer porque há outros dizeres que antecedem e ideologicamente definirão o caráter semântico da enunciação e a inscrição do sujeito nas diferentes formações ideológicas. Para a Análise do Discurso, “as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma *formação discursiva* a outra” (PÊCHEUX, HAROCHE & HENRY, 2008).

As FDs não têm fronteiras predefinidas, e (con)vivem em choque e solidarização com outras formações discursivas. A sua porosidade de limite fundamenta-se exatamente no caráter ambíguo, equívoco da língua: como as palavras não têm um sentido definido, elas só vão se estabelecendo dentro de FDs que podem estar em contato com outras FDs. A busca de *como* determinados sentidos vão sendo estabelecidos em determinadas palavras através da inscrição do sujeito nas mais variadas FDs é trabalho da semântica, mas não de uma semântica lexical, formal etc.:

Isso corresponde a dizer que a semântica, suscetível de descrever cientificamente uma formação discursiva, assim como as condições de passagem de uma formação a outra, não saberia se restringir a uma semântica lexical (ou gramatical), mas deve procurar

fundamentalmente dar conta dos *processos*, administrando a organização dos termos em uma seqüência discursiva, e isso em função das *condições* nas quais essa seqüência discursiva é produzida. (PÊCHEUX, HAROCHE & HENRY, 2008)

A semântica discursiva do grupo de Michel Pêcheux trabalha no entremeio, nas contradições da linguística, da psicanálise e do materialismo histórico, sem negar a importância de cada uma das ciências, mas deslocando conceitos como *língua*, *ideologia*, *inconsciente* e a própria noção de *discurso* — agora compreendido como efeito de sentidos entre interlocutores. Destarte, um mundo monossêmico, em que os efeitos de sentido não são estruturados a partir da(s) FD(s) a que as posições–sujeito estão filiadas, é uma ficção científica que nega as descobertas da tríplice fundação — nas contradições das três ciências anteriormente referidas — da Análise do Discurso, ou seja, nega a própria existência de FDs, como também os esquecimentos. Nesse mundo, haveria uma ligação imanente entre as palavras e as coisas — algo como um “dizer é ser”^{xii}— e o sujeito domaria, domesticaria, controlaria (impossivelmente) seu próprio dizer — algo como um “penso, logo existo; existo, logo mando”. Não há espaço para ferida narcísica nesse mundo.

Daí nosso interesse fundamental por esse filme, *O primeiro mentiroso*. Nele, segundo o narrador, podemos entender que a ficção científica se dá num universo monovalente, sem possibilidade mesmo de paráfrase, visto que há uma cola entre as coisas e as palavras:

SD1: The story you are about to see takes place in a world where the human race has never evolved the ability to tell a lie. (...) Everyone tells the absolute truth. There's no such thing as deceit or flattery or fiction. People say exactly what they think. (...) It's their nature. (2009)^{xiii}

É apenas a partir do momento da primeira mentira (que nem mesmo tem nome, como veremos na seqüência à frente) que se passa a haver um certo deslocamento diante da estabilização não dos sentidos, mas dos próprios referentes, uma vez que a linguagem serve, neste mundo, apenas como instrumento de representação dos objetos da realidade ou de representação dos pensamentos — aparentemente, servindo muito semelhantemente à forma como em Frege se formula que a linguagem funciona. Nem mesmo a ficção é possível neste mundo. Cabe aqui, então, explicar como se constroem os efeitos de sentido de *mentira* no filme *O*

primeiro mentiroso. Enganação, puxa-saquismo e ficção, conforme vimos na SD1, não são possibilitados pela “natureza” dessas pessoas — poderíamos mesmo afirmar que sua interpelação ideológica possibilita apenas a existência de uma ideologia, de um discurso, de uma lei —, então podemos entender também três diferentes aspectos dessa mentira ficcional:

a) não se pode trapacear contando “meias verdades” como forma de obtenção de benefícios;

b) a mentira não se trata apenas de dizer coisas que não são/estão/existem (como era o caso no *Crátilo*), mas de existir apenas uma forma de dizer a pessoa, por exemplo — daí não poder haver puxa-saquismo, uma vez que qualquer forma de elogio que não fosse totalmente referendada por aquilo que nesse mundo é a verdade não existe, não subsiste, não se suporta;

c) qualquer gesto imaginativo — portanto, de formar imagens sobre as coisas — é vetado, e por isso não se faculta o direito — ou mesmo a própria capacidade — de inventar, pois inventar é mentir.

Podemos apreender que essa forma de constituir os sentidos de *mentira*, no filme, vibra como uma ressonância significativa do discurso empreendido em Frege, uma vez que o que está em jogo é a referência direta do mundo real ou de, digamos assim, universais de pensamento.

O protagonista do filme, Mark Bellison, é um roteirista malsucedido de uma das principais produtoras de cinema desse mundo, a Lecture Films. Tal empresa, impossibilitada pela interpelação ideológica — fabricada no filme — de fazer ficção, produz seus filmes gravando atores que leem, no próprio roteiro, capítulos importantes da história da humanidade — como se essa história fosse já dada, e não um construto subjetivo, e os roteiristas fossem capazes de não imprimir seus valores, suas impressões, suas crenças nos roteiros: enfim, não existe ideologia nesse mundo fictício, e os sujeitos não seriam atravessados por formações discursivas, numa primeira análise. Em uma passagem do filme, logo depois de Mark ter dito a primeira mentira (em um banco, ele afirma ter uma quantia depositada em sua conta mais alta do que efetivamente há lá e, surpreendentemente, consegue sacar o dinheiro), ele se reúne com seu melhor amigo num bar, e começa a conversar com ele e com o atendente, tentando explicar o que acabara de fazer. Observemos o diálogo, cada fala seguida da tradução livre entre colchetes:^{xiv}

SD2: MARK [*referindo-se a Greg*]: I said something that wasn't. I... **What's the word for it?** There is no word for it. Of course there isn't. I **invented** it. Watch this. Jim! [Eu disse algo que não era. Eu... **Qual é mesmo o nome?** Não tem nome pro que eu fiz, claro que não há. Eu **inventei** esse troço. Veja só. Jim!]

JIM: What? [Que foi?]

MARK: My name is Doug. [Meu nome é Doug.]

GREG: Your name is Doug? [Seu nome é Doug?]

JIM: Hi, Doug. [Opa, Doug.]

GREG: That's so weird I never knew your **real name**. Doug is good. It suits you. [Que estranho, nunca soube seu **nome real**.^{xv} Doug é legal. Combina com você.]

MARK: Come on! What's my name? [Pera lá! Qual é meu nome?]

GREG: It's Doug. [É Doug.]

JIM: Doug. [Doug.]

MARK: No, it's not! It's Mark! [Não, não é! É Mark!]

GREG: Your name is Mark? [Seu nome é Mark?]

JIM: Hi, Mark. [Opa, Mark.]

GREG: Mark suits you even better. [Mark combina ainda mais com você.]

JIM: Marko. [Marko.]

MARK: Okay, you're not getting it. [Tá certo, vocês não tão entendendo...]

JIM: Marko. [Marko.]

MARK: I'm black. [Eu sou negro.]

GREG: I knew it! [Sabia!]

JIM: You're very light-skinned, but I can see it. [Sua pele é bem clara, mas posso ver que é negro.]

GREG: I always wanted a black friend. [Sempre quis um amigo negro.]

JIM: Me, too. [Eu também.]

MARK: I'm an Eskimo. [Sou um esquimó.]

GREG: Fantastic! [Fantástico!]

JIM: Yeah, I've never seen a black Eskimo. [Pois é, nunca vi um esquimó negro.]

MARK: I'm a pirate. [Sou um pirata.]

GREG: I didn't know they still had those. [Nem sabia que eles ainda existiam.]

JIM: Are you a dangerous pirate? [Você é um pirata perigoso?]

MARK: I'm a lion tamer, and I'm wearing a wig. [Sou um domador de leão, e estou usando uma peruca.]

GREG: Aren't you scared you'll get bitten one day? [Você não tem medo de ser mordido um dia?]

JIM: That's a fantastic wig. [Essa peruca é fantástica.]

MARK: I invented the bicycle. [Eu inventei a bicicleta.]

GREG: I love your work. [Admiro muito seu trabalho.]

JIM: Can I get a discount on a ten-speed? [Me consegue um desconto numa de dez marchas?]

MARK: I'm a one-armed German space explorer. [Sou um astronauta alemão maneta.]

GREG: When's your launch date? [Quando seu foguete vai ser lançado?]

JIM: Guten Tag! That's a very lifelike prosthetic. [Guten Tag! Mas que prótese natural, hein.]

MARK: This is **incredible**... [Inacreditável...] [negritos nossos]

Analisando o filme *O primeiro mentiroso* como tentativa de narrar um mundo em que a mentira — conforme a analisamos nas páginas anteriores, ou seja, não como sinônimo de não verdade ou de negação da existência do referente ou de seu atributo, mas como qualquer possibilidade de ir além de uma cola que existiria entre a linguagem e esse mesmo referente, e nisso se inclui a própria capacidade humana de produzir, de inventar, de fabricar, de elogiar etc.

— é totalmente proibida e, para muito além disso, inatural à espécie humana, percebemos que, na produção do filme, houve um esforço no sentido de dar um caráter monossêmico aos referentes. No caso agora exposto, temos a construção monossêmica do protagonista, Mark Bellison, ao tentar tornar explícito a seus amigos o fato de que há coisas que são — verdade — e há coisas que não são — mentira. No entanto, por serem personagens cuja subjetividade não permite polissemia, mas apenas paráfrase, os amigos se contentam com qualquer significante que Mark imputa a si mesmo. Em outras palavras, só se reconhece a verdade, exatamente pela cola que existe entre as palavras e as coisas. Um referente é referendado por esse valor de verdade que, no filme, é naturalmente intrínseco às palavras. A polissemia, o sentido outro, não acontece, sendo que um objeto vai apenas acumulando não sentidos, mas outros referentes. Mark, ao mesmo tempo, se chama Doug, é negro, esquimó, pirata, domador de leões, astronauta alemão, maneta, usa uma peruca e inventou a bicicleta. Nem Jim nem Greg desconfiam de que algum desses referentes que se acumulam ao objeto Mark possam não ser. No entanto, Pêcheux nos ensina que não há ritual sem falhas. Nesse diálogo, no ritual de tentar compor um mundo monossêmico, há rupturas que nos permitem constatar:

a) a presença subjetiva de organização do filme: que nunca ocorre de forma casual, mas marcando determinadas posições em relação aos referentes discursivamente construídos (no caso específico, constrói-se o referente *mentira*);

b) a não coincidência das palavras com o sentido que aparentemente o personagem deseja (dando continuidade aos estudos metaenunciativos de Authier-Revuz). E como chegamos a isso? Primeiramente, verificamos a ruptura, algo da ordem do impossível de ser dito, com relação ao léxico utilizado no filme. Os sintagmas “inventei”, “nome real” e “inacreditável” rompem com o ritual monossêmico que se busca instaurar no filme. Pontuando:

- nesse mundo fictício, não há ficção, portanto, não poderia haver invenção, conforme visto na SD1: *There's no such thing as deceit or flattery or **fiction***;

- a existência de um “nome real” ou “nome de verdade” (conforme evitamos traduzir na SD2: *That's so weird I never knew your **real name***) que acabara de ser descoberto por Greg remete a uma memória de que antes disso ele sabia um nome “irreal”, “de mentira”;

- se as palavras e as coisas são coladas, não pode haver desconfiança, não pode haver “inacreditável”, ao contrário do que é demonstrado também na SD2: *This is incredible*.

Essas rupturas e falhas mais falam do sujeito, da equipe que produziu o filme, do que do próprio filme. Não se trata aqui de avaliar a coerência da narrativa, ou de mensurar quão bem-sucedida foi a equipe de produção ao descrever um mundo monossêmico sem mentiras. A grande questão é que é difícil conceber discursivamente um universo em que a subjetividade seja tão apagada a ponto de não haver polissemia.

Quanto à não coincidência das palavras com o sentido que aparentemente o personagem deseja, vamos ler o que Paulillo (2004) desenvolve, ao falar de fenômenos discursivos assemelhados aos que vimos no recorte anterior:

Tais fenômenos podem ser considerados como produzidos por um funcionamento que faz com que a ordem da referência, da nominação, da circunscrição do sentido, da unicidade do dizer apareça no interior mesmo desse movimento enunciativo como não realizada, como não se realizando, ao mesmo tempo em que, ao longo do fio do discurso em que tais enunciações se produzem, esses tropeços emergem, para o sujeito enunciante, não como marcas de uma impossibilidade radical, mas como realizações tentativas ao longo de um discurso em que a unicidade do dizer não cessa de ser buscada e de ser visada como um objetivo a atingir, e como um objetivo **possível** de se atingir, embora, o que tal discurso manifeste, por outro lado, seja o seu não acabamento, seja, ao longo de seu curso, a não-realização da coincidência. (PAULILLO, 2004, p. 143)

[negrito da autora]

Em outros termos, o enunciador tem a ilusão de que é possível fechar, mas o discurso não se completa, então as palavras vacilam, insuficienteiam, carecem e, em vez de rarefecerem — como seria “lógico” fazer: na falta absoluta, que se cessem as tentativas —, pululam na voz, no papel...: o enunciador tenta e mais tenta dar som, dar materialidade à carência, e assim faz trabalharem marcas verborrágicas que, em nossa análise, anunciam a falta. No filme, “What’s the

word for it? There is no word for it” [Qual é mesmo o nome? Não tem nome pro que eu fiz]. Esse diálogo do personagem com suas diferentes posições — aquele que tem a dúvida e aquele que tem a resposta — ilustra bem como a ligação inequívoca palavra-coisa explicitada no filme e em alguns dos autores que temos trabalhado desde o início do artigo (Platão e Frege, por exemplo, resguardada as diferenças entre ambos) é pífia: como poderia o homem inventar e cunhar, tal qual carimbo, um nome ao objeto criado, se não estamos num mundo ideal em que existe uma matriz de cada objeto? Simples: não poderia.

3. Se há sentido, é porque há interpretação — e mentira

Mentiras sinceras me interessam

(CAZUZA)

O primeiro mentiroso se insere no campo das ficções científicas. Não tentamos, como o preâmbulo narrativo do filme — *the human race has never evolved the ability to tell a lie* —, entender que a mentira faz parte de uma suposta evolução do homem. De forma alguma. A possibilidade mesma da mentira é a possibilidade análoga do sentido. Só se faz sentido porque pode se outro, porque o sentido não se cola à palavra, nem a palavra se cola à coisa. Houvesse esse grude, a subjetividade não existiria, mas apenas um mecanicismo que engendraria a própria adesão das palavras a seus referentes, e o homem seria mero receptáculo, portador e transmissor das formas linguísticas. Isso porque o homem interpreta, e não apenas descreve o objeto de mundo, não apenas acha o justo nome para o referente, não apenas precisa ser coerente e não ambíguo em suas declarações. Para Olandi, “Não há sentido sem interpretação, e a interpretação é um excelente observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos” (2004, p. 147). Os sentidos que vêm à tona em dada Formação Discursiva podem ser a mentira noutra Formação Discursiva. E não nos restringimos ao que Nietzsche chamou de “convenção” estabelecida, que seria calculada pelo mentiroso para que achasse termo adequado para seu gesto, procurando tornar real aqui que é irreal. Não se trata apenas disso. A mentira é, muitas vezes, conforme Anna McDoogles (personagem por quem Mark Bellison se apaixona)

expõe, um “olhar além” e, complementando, um olhar outro, que não se deixa aprisionar na FD dominante. Sendo gesto interpretativo, a mentira tem suas belezas. Uma delas é exatamente nos fazer humanos.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni. *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução e introdução: Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GÓRGIAS. “Elogio de Helena”. In: CASSIN, Bárbara. *O efeito sofístico*. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz, Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2005.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradução: Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Tradução: Freda Indursky. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1989.
- NIETZSCHE, Friedrich. “Verdade e mentira no sentido extramoral”. Tradução: Noéli Correia de Melo Sobrinho. In: <http://www.dubitoergosum.xpg.com.br/a16.htm>. Acessado em 2010.
- NUNES, José Horta. “Um espaço ético para pensar os instrumentos linguísticos: o caso do dicionário”. In: ORLANDI, Eni P. *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.
- PAULILLO, Rosana. A enunciação vacilante: formas do heterogêneo no discurso de si. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: 2004
- PÊCHEUX, Michel. “Análise Automática do Discursi (AAD-69)”. Tradução: Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise & HAK, Tony (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: Bethania S. Mariani; Eni P. Orlandi, Jonas de A. Romualdo, Lourenço Chacon J. Filho, Manoel Gonçalves, Maria Augusta B. de Matos, Péricles Cunha, Silvana M. Serrani, Suzy Lagazzi. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes. 2009.

_____. *Semântica e discurso*. Tradução: Eni P. Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____, HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul. “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”. Tradução: Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In: *Linguagem*. 3. ed. São Carlos: UFSCar, 2008.

PLATÃO. *Diálogos: Teeteto e Crátilo*. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora da UFPA, 1988.

TUCHERMAN, Ieda. “A ficção científica como narrativa do mundo contemporâneo”. In: VOGT, Carlos (ed.). *ComCiência* n. 54: Ficção e Ciência. Disponível em <http://www.comciencia.br>. Acesso em julho de 2010.

VOGT, Carlos. “Utopias e ficções”. In: VOGT, Carlos (ed.). *ComCiência* n. 54: Ficção e Ciência. Disponível em <http://www.comciencia.br>. Acesso em julho de 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ⁱ *The Invention of Lying* (2009, roteiro de Ricky Gervais & Matthew Robinson; direção de Matthew Robinson), conforme foi chamado em seu país de origem.

ⁱⁱ Salientando que não se trata aqui de uma noção referencialista de mentira, em que a negação do referente verdadeiro seria falsa. A noção de mentira com que trabalharemos é exposta no filme *O primeiro mentiroso*: são as pequenas invenções, as desconfianças, a possibilidade de sair da repetição onanista do sentido.

ⁱⁱⁱ Essa oposição é discursiva, não corresponde a uma negação do real, mas dos referentes discursivamente construídos — não apenas os seres, no sentido físico do termo, mas também dos valores, das identidades, dos atributos e mesmo dos pressupostos e implícitos.

^{iv} Demonstraremos, nessa parte, como determinados sentidos não são exclusivos *para* alguns sujeitos, mas circulam *nos* discursos em diferentes posições de sujeito; daí a escolha da preposição *em* em detrimento de *para*.

^v Lembrando a consideração de Paul Henry, em seu *A ferramenta imperfeita*, de que a língua e a linguagem, não por um defeito de fabricação, mas por uma característica constitutiva — de TODAS AS LÍNGUAS —, não conseguem simplesmente descrever o mundo como ele é, e isso vale também para as traduções: quaisquer línguas são incapazes desse trabalho de descrever aquilo que outras línguas tentaram descrever no mundo, e há particularidades semânticas que são silenciadas no gesto interpretativo da tradução.

^{vi} E é muito difícil não cair na tentação de se buscar uma ética da tradução nesse caso, que leve em conta a afirmação máxima de Paulo Rónai, entre outros, de que traduzir é trair. Em nossa perspectiva, ao contrário,

entendemos que a tradução é uma leitura/reescritura com condições de produção específicas e que devem ser levadas em conta numa análise.

vii Necessário enfatizar que não estamos falando da noção de “discurso” da Análise do Discurso de perspectiva francesa, tampouco do “discurso” como tradução para “*parole*” (portanto, um dos fatores da dicotomia da linguística estrutural veiculada por Saussure), mas de um discurso que recebe seus sentidos através da retórica sofisticada.

viii Frege está considerando apenas as outras três dimensões, relativas todas ao espaço. No entanto, nem mesmo restringindo o objeto a tais dimensões poderíamos dizer que o nascer do Sol é sempre o mesmo, uma vez que o a distância entre Sol e Terra se altera diariamente e que os corpos celestes perdem e/ou ganham massa ao longo de seus movimentos, por mais fisicamente desprezíveis que sejam.

ix A ser lido “*Terra do Sol Nascente* é diferente de *Terra do Nascer do Sol*, tal que *terra do sol nascente* é diferente de *terra do nascer do sol*”.

x Sobre a distinção filosófica entre *extensão* e *intensão*, vale a pena ler os artigos de Michael J. Loux, da Universidade de Notre Dame, que esclarecem sobre as mais recentes pesquisas no campo da semântica formal e da lógica filosófica. Revisando a perspectiva neoleibniziana, o autor tratará da *semântica de mundos possíveis*. Nesse caso, o valor de verdade das sentenças não será restrito apenas ao mundo físico pretensamente sentido, àquilo que a linguística e a filosofia clássicas chamam tradicionalmente de referência. Tal valor de verdade seria também garantido em mundos imaginários. Na perspectiva da AD, elucubrações dessa natureza não são pertinentes, uma vez que não nos situamos num campo referencialista, ontológico ou essencialista — e também não em seu contrário: um campo surrealista, impressionista, ficcionalista.

xi Entendida como matriz de sentido, o complexo daquilo que pode e deve ser dito em data formação ideológica inserida numa formação social.

xii Poderíamos ter prosseguido a análise aqui por um caminho diferente, conforme sugestão da professora e amiga Fernanda Lunkes: esse “dizer é ser” poderia ser entendido, psicanaliticamente, como o discurso do psicótico, segundo as categorias elencadas por Lacan em sua obra.

xiii “A história que vocês está prestes a ver se desenrola num mundo em que os humanos nunca evoluíram a ponto de mentir. (...) Todos falam a mais pura verdade. Não há nada comparado a enganação, puxa-saquismo ou ficção. As pessoas falam exatamente o que pensam. (...) Faz parte da natureza delas” (tradução livre).

xiv Recortamos esse diálogo e não outro(s) pois ele suscita diversas questões quanto à constituição de sentido dentro e fora do filme.

xv E aqui evito traduzir “real” como “de verdade” por questões apresentadas à frente.